ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 007/2023 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2023, FORMATO HÍBRIDO.

Aos onze dias do mês de julho de 2023 (dois mil e vinte e três), em primeira convocação às 16h, foi realizada, em formato híbrido (sede CAURJ/Zoom), a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº **007/2023**, **que teve início com a segunda convocação às 16h30**, sob a coordenação do presidente Pablo Benetti. **1. Verificação do quórum:** A chefe de gabinete Patrícia Cordeiro procedeu à verificação do **Quórum** fazendo a chamada dos **Conselheiros Titulares presentes:** Ângela Botelho, Carla Cabral Dominguez Alonso, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luciana da Silva Mayrink, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo Cesar Benetti, Paulo Oscar Saad, Rodrigo C. Bertamé Ribeiro, Rosemary Compans da Silva, Simone Feigelson Deutsch, Sofia Eder, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez Nogueira, Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues**. Conselheiros suplentes presentes na titularidade:** Sandra Hiromi Kokudai, Lilia Varela Clemente dos Santos, Célio Alves da Silva Junior, Fernando Henrique de A.G.Newlands, Bianca Sivolella. **Conselheiros com Ausência Justificada:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Henrique Gaspar Barandier, Leila Marques da Silva, Luiz Damião Teixeira da Silva, Pablo Esteban Vergara Cerda, Rogério Goldfeld Cardeman, Sandra Regina de B Sayão Ferreira, Tereza Cristina dos Reis, Tereza Cristina Alves Chedid. **Conselheiros/as ausentes sem justificativa:** Davide Siffert Dulcetti, Paulo Sérgio Niemeyer, Gisele Raposo Labrea, Carlos Augusto Abreu. **Conselheiras Licenciadas:** Cárin Regina D'Ornellas, Paloma Monnerat de Faria. **Quórum suficiente: 23 conselheiros (as). Item 2 –** Execução do Hino Nacional**; Item 3 - Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 006/2023 (13/06/2023)**. **Ata aprovada com 19 votos favoráveis e 3 abstenções**. **Aprovado. 4. Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas**. **5. Apresentação da Pauta e Comunicados Presidente. 6. Ordem do dia: 6.1.** Aprovar atualização calendário CAURJ;. **6.2**. Debate sobre CAU Presente – experiência de Campos, ontem teve a inauguração da sede em Petrópolis; **6.3.** Debate sobre critérios de desconto de anuidade para Arquitetos/as com deficiência – Debate que o Vicente suscitou de maneira muito pertinente e que a gente quer formar uma opinião como encaminhar isso. **7.** Relato Recurso ao plenário 7.1. Não há **8.0** Distribuição de Recurso ao plenário: **8.1.** Não há **9.0.** Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral. Não havendo manifestações, a pauta, com a ordem do dia, foi aprovada. (Observação: O Conselheiro Mauri Vieira da Silva votou com o código IPHONE)**. INFORMES da conselheira federal Maíra Rocha,** não houve. **INFORMES do Presidente Pablo Cesar Benetti: 1 -** Fórum do Setor Público (6/7), presença de colegas de São Paulo, Rio Grande do Norte, Sergipe, que se comprometeram a estreitar laços e aprovar uma séria de propostas que possam ser encaminhadas ao CAU-BR, inclusive a identificação como servidor público, que é importantíssimo uma maneira de ser reconhecido dessa maneira. Há uma série de iniciativas da Comissão Temporária do Setor Público que vão ser encaminhadas aos CEPs de cada CAU. **2 –** Foi realizada a inauguração do CAU PRESENTE em Petrópolis/Itaipava. Aconteceu uma mesa muito interessante sobre a situação do município, destacando que o município que tem uma atividade muito

dinâmica, inclusive a antiga segunda residência virando a primeira residência e uma demanda muito interessante, a maior parte dos arquitetos que fizeram uso da palavra da necessidade de planejamento, eles estão enxergando que a questão do crescimento da maneira que está se dando está comprometendo inclusive o que seria a vantagem de morar lá, com engarrafamentos constantes, não há uma dimensão de transporte coletivo, obviamente lá, isso complica demais. E também destacando a falta de equipamentos coletivos importantes, como hospitais, como escolas. Estamos localizados no Shopping Arcádia, que fica na rua principal de Itaipava, fica sendo um centro também da região em volta onde tem mais atividade de dia e está muito pertinho de Teresópolis, onde também tem um contingente de arquitetos significativo. Daqui a pouco quando entrar na Ordem do Dia quando discutiu experiências de Campos, mas, de qualquer maneira, acho que está sendo uma experiência interessante que vamos avaliar e também com o novo concurso público que estamos na fase de finalização, eu vou informar daqui a pouco, acho que vamos ter condições de pensar uma estratégia mais definitiva para essa experiência, mas está sendo muito boa e, sobretudo, a acolhida dos profissionais locais tem sido muito interessante. **3 –** Convite para o **Fórum dos Arquitetos e Urbanistas Autônomos do CAU/RJ.** O presidente Pablo Benetti destacou algumas mesas de discussão que serão realizadas durante o evento. A primeira mesa aborda a migração digital, com o objetivo de ajudar escritórios de arquitetura que desejam adotar softwares livres. Além disso, pretende-se criar um site colaborativo entre arquitetos autônomos para estimular o intercâmbio e a troca de experiências. Outras mesas discutem temas como gerenciamento de escritório, licenciamento de obras e uso das redes sociais na arquitetura e posicionamento no mercado. 4 – **Lançamento do livro URBANIZAÇÃO DE FAVELAS**. Observatório das Metrópoles lança o livro "Urbanização de favelas no Rio de Janeiro", dia 13 de julho, a partir das 15h, na sede do Departamento Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-RJ. O evento, organizado em parceria com o IAB-RJ e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ), prevê duas mesas de debate sobre o tema **"A urbanização de favelas na agenda da reforma urbana: contribuições a partir da experiência do Rio de Janeiro.** A ideia é fazer uma discussão sobre como repensar a favela a bairro à luz de modificações dos últimos anos, incluindo aí pandemia, incluindo outras questões que se tornaram relevantes. **5 -** Fórum Permanente de ATHIS, 14/07, às 15 horas, na sede. **6 – CAU NA SUA CIDADE,** nos dias 25 a 27 de julho, na Praça Vila Peçanha, em frente à UFF. **7 –** Apoio institucional ao Evento Rio Construção Summi, promovido pela FIRJAN e pelo SINDUSCON, nos dias 19, 20 e 21 de setembro, e a ideia não é uma feira da construção, é um evento de discussão. **8 – Informe sobre o concurso público:** 1075 arquitetos inscritos, 371 advogados e 1408 assistentes técnicos, total: 2.854. 777 arquitetos realizaram a prova, 256 advogados e 900 assistentes técnicos. Houve 1.940 desistentes. "No momento, já tem a pontuação das provas objetivas de título, e estamos no momento do recurso contra essa pontuação; depois vem a prova dissertativa e de títulos, e a divulgação do resultado no dia 4 de agosto desse resultado, de 7 a 8 o recurso, 15/08, a síntese do recurso, e 16/08, nós vamos ter a divulgação do resultado final do concurso público" **ORDEM DO DIA. O presidente Pablo Benetti** mencionou o pedido de inversão de pauta do conselheiro Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho. Pedido submetido à plenária e aprovado. O **conselheiro Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho** fez uso da palavra para explicar o item **6.1. O critério para a anuidade para arquitetos de uso de PCD**. "Eu queria fazer só um relato, uma proposta e uma abordagem de tudo. Bom, vamos começar com um pequeno histórico com o que aconteceu, quer dizer, como é que chegou à CPA essa questão. Houve um atendimento de uma pessoa com deficiência auditiva no dia 13 de junho. O conselheiro Vicente Rodrigues levou o assunto à plenária e tendo inserido na plenária foi solicitado por você, Pablo, um parecer da Comissão de Acessibilidade a respeito do tema. Não houve tempo ainda de nós discutirmos na comissão, mas no levantamento geral, eu consegui das propostas de anuidade para pessoa com deficiência, não no CAU, lógico, no CAU não existe ou em outra entidade,

conseguimos na OAB. Bom, o que eu gostaria de frisar é que é um assunto bastante complexo, porque são várias questões a serem consideradas, estamos falando de pessoas com deficiência, no caso foi uma pessoa com deficiência auditiva, mas tem outros tipos de deficiência. No censo passado, antes de 2020 agora, as perguntas que foram feitas para pessoa com deficiência não qualificavam, não categorizavam as pessoas com deficiência de uma maneira adequada. O último censo agora já faz perguntas mais objetivas. E saiu agora no dia 7 de julho, o resultado sobre o censo de pessoas com deficiência no Brasil nas regiões e tudo mais. A gente tem solicitado lá na Comissão de Acessibilidade um censo de arquitetos com deficiência. Isso já tem sido solicitado de maneira recorrente. Neste momento seria algo útil nós termos esses dados para fazer considerações sobre como poderia elaborar uma política de cobrança de anuidade para pessoas com deficiência. Os critérios também variam bastante. A OAB do Paraná, por exemplo, fez uma resolução e que faz parte de uma política, de um plano de acessibilidade mais amplo do qual a anuidade era uma das questões, não era só isso, quando você propõe fazer uma política de anuidade diferenciada para pessoas com deficiência, certamente você deve fazer uma política de acessibilidade para a própria instituição. Então, a gente vai ter que rever se o prédio onde estamos tem acessibilidade, se existe transporte para pessoas com deficiência e outras questões que certamente vão surgir. Isso não dá para a gente conversar numa plenária, não dá para trazer uma proposta mais consistente, por exemplo, a OAB, eu conheço um advogado da OAB, ele foi presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência da OAB, Geraldo Nogueira, ele trabalhava com o deputado Otávio Leite, e fez uma proposta de um projeto de lei. E nesse projeto de lei, por exemplo, ele estipula percentuais aí bem diretos sobre se a pessoa tem uma deficiência profunda ou menos profunda, dependendo da intensidade, grave ou menos grave e tudo mais, quer dizer, é uma questão muito objetiva assim, mas quando ele fez o projeto de lei, ele estudou bastante essa questão. Eu gostaria de conversar mais com o Geraldo sobre como ele chegou a esses números, mas ele me passou a minuta do projeto de lei, eu o tenho aqui comigo e é um dos documentos que vamos analisar. Então, as referências para análise do assunto já são conhecidas: é a Lei Brasileira de Inclusão, a 13.146, o próprio Censo do IBGE também tem alguns números que podem ajudar pelo menos dar mais uma orientação. E tudo que o censo do IBGE analisa está apoiado na agenda 2030, os objetivos de desenvolvimento sustentável, na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), é uma classificação que substitui de certa maneira ou complementa o CID, que é uma classificação internacional de doenças, o CIF pensa em funcionalidade, ele está em desenvolvimento, nós temos um CIF brasileiro que está sendo aprovado. Nós temos a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e tenho também essa minuta que eu falei sobre a anuidade do Advogados de um modo geral, de um projeto de lei, e o caso da OAB Paraná, eu tenho esses documentos. Tem que considerar, então, esse censo, os critérios que podem variar. A proposta de encaminhamento é a seguinte: no dia 17 de julho agora nós temos a reunião da CTA, eu vou levar esse assunto e essa documentação á comissão. No dia 10 de agosto, nós tínhamos um espaço reservado para fazer um evento sobre a inclusão de desenho universal na grade curricular de arquitetos e urbanistas, mas está difícil, porque é um evento que seria internacional, está complicado de a gente viabilizar, eu estou pensando em colocar esse item em um evento, chamar Geraldo e outras pessoas que podem contribuir e pessoas com deficiência, arquitetos com deficiência também para a gente pensar juntos no dia 10 de agosto. 10 dias depois poderíamos levar um ofício à plenária já embasado, já mais consistente para que se analise e se encaminhe o assunto para o CAU-BR. A minha proposta então é essa que a gente faça essas reuniões, leve em consideração todos esses documentos que eu já coletei e a gente apresente no dia 20 de agosto, não dá para ser na próxima plenária, porque ela deve ser realizada no dia 12 de agosto por aí, mas a gente teria esse ofício. Poderíamos também encaminhar extraplenário, eu não sei como vocês preferem conduzir. Então esse é o encaminhamento que eu faço. É um assunto bastante complexo. Temos que pensar

não só nessa questão da anuidade, mas na adoção da acessibilidade de um modo mais amplo, continua a mesma questão. Não dá para fazer decisões com poucos dados. É preciso aprofundar. Por último, já fechando o critério, eu, sinceramente, eu ouvi agora plano para o CAU NA SUA CIDADE, em Niterói, a Comissão de Acessibilidade não foi consultada". O presidente esclareceu que a comissão estaria contemplada na mesa de mobilidade. Sobre a questão dos critérios colocados, **o presidente Pablo Benetti** destacou que a bibliografia é interessante e que a questão do acesso tem que ser muito bem estudada, e acrescentou: "Tudo bem que a gente não tenha um censo de pessoas com deficiência na classe, mas acho que poderíamos, pelo menos, raciocinar com as informações do censo do IBGE, considerando que os valores, e eu tenho quase certeza disso, o universo dos arquitetos não reflete o universo da população geral no Brasil, então o universo dos arquitetos, mal ou bem, é um setor um pouco mais privilegiado, mas para efeito de cálculo, porque qualquer proposta, eu acho que vai ter que passar pela CPFI. A primeira pergunta que o CAUBR vai fazer é qual o impacto disso. Então acho que a nossa CPFI vai ter que se debruçar sobre isso também, então uma vez estabelecidos os critérios, acho que tem que fazer alguma projeção, sabe, Arnaldo, e aí eu acho que, nesse sentido, parece-me que se for os índices nacionais não deve ter um impacto nada significativo, não me parece que isso venha a ser, mas é de praxe eles pedirem essa avaliação. Então, acho que a gente poderia de alguma maneira se adiantar nisso, mas os conceitos, os documentos de referência que você apontou aqui me pareceram muito pertinentes, acho que o caminho é por aí mesmo". A **Conselheira Luciana da Silva Mayrink** esclareceu: que tivemos a nossa reunião da CPFI deste mês, na qual estou como coordenadora neste momento, e aí a gente fez um debate justamente sobre esse ponto, porque a gente ia ter esse debate aqui agora na plenária, então, achávamos que seria muito necessário a gente já tratar do tema. E aí foram levantados alguns pontos que, na verdade, já foram contemplados pelo Arnaldo, principalmente pela importância e relevância desse desconto, e a questão da OAB, então a gente já passou por alguns pontos que já foram levantados. E aí a conclusão a que nós chegamos aqui é que nós deveremos pedir um estudo sobre o impacto desse desconto no CAU, principalmente porque a gente acredita que a quantidade de profissionais com deficiência não deve ser tão alta a ponto de ter um impacto na nossa receita e, ao mesmo tempo, é um impacto muito relevante para esse profissional que precisa, que tem grande dificuldade. Então, acho que a gente encaminhou entendendo que é necessário que haja esse estudo para a gente conseguir falar com base em dados e conseguir tratar do assunto com maior aprofundamento. E quanto à questão que o Pablo trouxe, essa questão de censo e de autoidentificação, temos essa dificuldade de conseguir quantificar esses profissionais, eu acho que a partir do momento que a gente propôs desconto, a gente conseguir conquistar na verdade esse desconto, se for o caso de ele ser encaminhado, a gente pode cobrar o certificado de pessoa com deficiência, porque ele pode ser verificado, é do governo isso, então, a gente consegue fazer com que o próprio profissional tenha essa certificação e que não haja fraude, a grande questão é o aumento da fraude e aí eu acho que é uma questão burocrática muito simples de ser encaminhada. Basicamente é isso. Tivemos um debate inicial na CPFI e a gente acredita que esse desconto é possível e que devemos fazer esse estudo". O **Conselheiro Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho** ponderou: "Desculpe, só para falar exatamente sobre o que você falou, Luciana, esse cadastro da pessoa com deficiência ainda está em montagem, ele não está pronto, mas a gente tem realmente, como você disse, outras formas de se evitar fraudes de modo geral. A OAB Paraná por exemplo criou uma comissão de avaliação com apresentação de laudo médico, CIF anual, quer dizer, dá para se montar algum critério que minimiza essa questão". A **Conselheira Bianca Sivolella** apresentou a proposta: "Uma coisa que acontece muito quando as pessoas se cadastram como deficiente apresentam um laudo e nesse laudo um médico se responsabiliza escreve o Cid, isso serve para se cadastrar em prova em qualquer coisa, então o conselho não pode inventar uma outra coisa, tem que fazer o que todo mundo faz, o médico é que se responsabiliza. Há doenças que não são anuais, elas são

para o resto da vida da pessoa então exigir uma atualização anual para alguns casos não cabe, porque a pessoa já em essa deficiência. Outra coisa que eu ia falar é o seguinte: uma maneira da gente ter uma pequena amostra de repente quantos arquitetos deficientes têm no conselho no Rio é mandar um e-mail para os arquitetos, isso aí esse filtro a gente tem e pedindo, explicando que está sendo feita uma análise e pedindo um pré-cadastro, alguma coisa do gênero, porque a pessoa envio o laudo, o laudo todo mundo tem, porque quem tem uma deficiência tem o laudo, porque é uma coisa que você acaba utilizando na vida. Então, assim, seria simplesmente uma amostra não é se comprometer a fazer nada, mas se a grande questão aqui é saber quantas pessoas são, as pessoas que receberem esse e-mail e que têm essa questão da deficiência, elas vão se colocar, porque é uma maneira de incentivar, vamos dizer assim, que se coloque, porque muitas vezes a pessoa não fala, porque não tem interesse em falar: qual o interesse em dizer que é deficiente? Nenhum. Então, se existe alguma coisa, vamos dizer assim, alguma ação do conselho em prol para que essas pessoas participem, que seja por exemplo um desconto, superválido. Então, mandar um e-mail e pedir para pessoa devolver com de repente vai chegar 10 e-mails, 20, 30, não sei, estamos querendo saber, então, é uma tentativa com pouco custo; é isso que eu estou querendo dizer. Em segundo momento, assim, quando a gente entra no SICCAU pede lá um recadastramento, gente. Era fazer um iconezinho: é deficiente, qual a deficiência, anexa... eu sei que é do CAUBR, mas, assim, você abre agora, em função das eleições, está pedindo isso com muita força ali, você entra é a primeira coisa que aparece, são seus avisos, então assim se existe lá uma condição de pedir para que a pessoa se manifeste como deficiente ou não, o próprio SICCAU não deve ser impossível de fazer um botão que isso possa ser registrado, porque realmente quando olhando, eu nunca vi esse botão, alguma coisa que identifique, eu nunca vi, então, por isso estou falando que acho que não tem realmente, mas é isso, são sugestões aí para ajudar". O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** explicou: "O que foi levantado é exatamente porque a profissional estava pleiteando pelo laudo que nós temos de doenças graves, laudos de doenças graves. Então, quando a pessoa está com uma doença terminal, alguma coisa, aí ela tem esse desconto. O CAU consegue ativar isso. E quando esse laudo é por uma deficiência não entra nesse caso, porque quase todos necessitam de um laudo. Então, nesse caso, estaria, e Bianca também foi muito feliz na questão do recadastramento, a gente pleitear ... (sem áudio).". O **presidente Pablo Benetti** advertiu que: "Eu acho que a gente tem que tomar muito cuidado com os termos desse e-mail para não tomar, porque a gente não sabe se isso será aprovado no CAUBR, então, temos que ter essa sensibilidade de não despertar muito essa expectativa, mas, ao mesmo tempo, colocar: o CAU quer saber, quer conhecer, alguma coisa mais genérica. Acho que a própria comissão se quiser rascunhar, eu aceito de bom grado, Arnaldo e vocês, uma coisa bem simples, acho que a proposta é correta". A **Gerente Técnica Carolina Mamede** esclareceu: que o SICCAU quando a gente faz o cadastro dos arquitetos tem a opção para marcar necessidades especiais e aí coloca se é visual, auditiva, locomotora, múltiplas ou todas. Então, isso já vem, nós já pleiteamos isso já uns dois anos atrás, já foi uma melhoria no formulário de cadastro dos arquitetos e o arquiteto que fizer atualização cadastral que não tem essa informação possivelmente tenha sido migrado do Crea e por um acaso tem é portador de uma dessas condições, aí pode fazer essa atualização, complementa que atualização que foi liberada agora foi atualização só de dados de endereço, só para poder entrar no colégio eleitoral. A gente pode solicitar para o CAUBR para que abra um evento para todos os arquitetos, porque isso tem que ser em lote, eu não consigo, eu aqui no Rio de Janeiro só consigo fazer um a um, não tem como fazer 22 mil arquitetos a gente entrar em um por um para poder habilitar esse tipo de evento, mas eu posso cadastrar uma solicitação via GAD e pedir para que o CAUBR entre com esse lote para todos os arquitetos no Brasil". O **presidente Pablo Benetti** explicou então os dois encaminhamentos: "Eu aguardo a carta de vocês, a gente vê isso com o SICCAU, formalize esse pedido com o SICCAU, e as duas coisas vão juntas, na realidade, vamos

fazer uma coisa só para que não tenha mais vários e-mails chegando". **ponto 6.1 – A aprovação do calendário do CAU-RJ.** A **Chefe de Ganinete Patrícia Cordeiro** lembrou que: "Esse calendário já foi aprovado na plenária passada, mas houve pequenas modificações de datas de lançamento de edital e de evento que já estava, mas só mudamos a data. Como a gente tem que mandar para a comissão eleitoral mensalmente é só para reaprovar com essas pequenas modificações, mas que eu me lembre não teve inserção de mais nenhum evento, foi só realmente mudança de datas". O **presidente Pablo Benetti** destacou que o debate da Tirolesa estava marcado no dia 22 e foi realizado no dia 23 em função do acerto com o Clube de Engenharia. É uma das questões que mudou. A aprovação seria julho e agosto e que qualquer modificação na próxima plenário volta a analisar e aprovar. A **Conselheira Rosemary Compans da Silva** manifestou-se no sentido: "A minha inscrição é pelo seguinte: se a gente recebeu o material da pesquisa, do pessoal da SEAERJ, do IAB, sobre a análise do plano diretor e achei que podia ser interessante nós íamos discutir exatamente isso na reunião da CPU que é na quarta-feira, mas como está fechando o calendário agora se seria interessante fazer uma apresentação, porque isso a gente tinha acordado com a Isabel Tosca, com a Marcela, de fazer uma apresentação para os/as conselheiros/as todos/as, não ficar só a restrita à CPU, então, na plenária que vem podemos pautar apresentação. O **presidente Pablo Benetti** disse que poderia incluir sim. Calendário submetido à votação obtendo **19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum contrário e 01 (uma) abstenção**. **Informe e avaliação sobre o CAU PRESENTE, experiência de Campos**. O **presidente Pablo Benetti** relatou dados relacionados a atendimentos realizados em diferentes regiões, comparando a quantidade de atendimentos presenciais na sede e nas sedes regionais. Foram mencionadas estatísticas de atendimentos em várias cidades, bem como atividades como palestras, workshops e minicursos realizados. A proporção de atendimentos em relação ao número total de arquitetos ativos em cada região também foi destacada, evidenciando a tradição da presença regional. Foi mencionada a possibilidade de testar um formato de coworking para manter maior tempo de presença nas regiões e avaliar a demanda. Segundo ele, ao que tudo indica, a implementação desse formato pode ser uma métrica para atender periodicamente as regiões do estado. A **Conselheira Tayane de M.Yanez Nogueira** destacou: "Eu queria falar sobre essa experiência no interior, até por ter saído da nossa comissão a ideia de fazer essa sede. Eu queria falar da importância de ter uma sede no interior como uma moradora do interior e por estar vivenciando o interior do estado durante esse mandato mais profundamente, eu sendo moradora e agora estou vivenciando o interior do estado do Rio. Além do atendimento que a gente precisa de fazer RT, tirar alguma dúvida, de tirar uma foto e colher biometria, muitas coisas que a gente consegue fazer online, no CAU, tem um funcionamento muito bom inclusive porque eu utilizo online o tirar dúvidas por WhatsApp e tudo, o presencial exige um atendimento mais humanizado, muita gente não tem a facilidade do eletrônico, então a gente humaniza o conselho quando a gente está mais próximo das pessoas. E a ideia de ter uma sede, entendendo que nosso estado é bem longilíneo, assim bem comprido, a ideia é assim, eu sei que a gente está em fase de testes e tal, mas a ideia de ter uma sede mais próxima das pessoas, não ter assim muitas sedes e aumentar a máquina e esse custo todo, eu vi que essa história do coworking funcionou muito bem, nos dá uma flexibilidade muito boa, esse novo concurso realmente vai nos dar funcionários que a gente possa colocar no interior com mais facilidade e tal, mas a pessoa ter ali, saber que ali tem um ponto que ele pode tirar dúvida ou ter uma base de apoio para ele do Conselho é importantíssimo. Eu como Rio das Ostras, se eu tenho alguma coisa a fazer, eu não, porque eu venho sempre aqui para o CAU, mas se eu tivesse alguma coisa para fazer, alguma dúvida, ou colher uma biometria, eu não sei quando vai ter o CAU, e você sabendo que tem uma sede por perto, assim mais perto do que do Rio, por exemplo, você mora em Porciúncula para você chegar em Campos é muito mais tranquilo do que chegar na capital, então você ter uma segurança grande você saber que tem ali. Então, eu concordo e apoio a ideia de ter por muito mais tempo, de repente por seis meses em um lugar e seis meses em

outro, aí a gente está em fase de teste, mas eu estou gostando muito desses testes. Eu estive ontem em Petrópolis também, eu gosto de estar próximo ao pessoal do interior e saber o que eles estão sentindo no dia a dia, a gente recebeu muitos elogios ontem. Até pessoas recém-formadas estavam um pouco perdidas e lá eles falaram: “Nossa, que bom que vocês vieram, agora eu estou podendo me aproximar”, e é isso, é um lugar de segurança para as pessoas, não só os recém-formados, como quem já está com mais idade, não tem tanta facilidade com eletrônico e tal, então eu acho uma coisa muito importante. Eu queria só colocar a opinião aqui e dizer que realmente está sendo sucesso essa nossa experiência no interior”. O **presidente Pablo Benetti** ponderou: “Olha, quando a gente fala do novo quadro, do novo PCS, reparem, não vamos ter mais fiscal, nós vamos ter mais arquitetos urbanistas, com capacidade de fiscalizar e eventualmente fazer o atendimento. Então, vamos ter um profissional muito mais flexível do que hoje, que o fiscal só fiscaliza e o que atende só atende. Então, esse novo formato por um lugar onde você não tem, porque especialização sempre típicas de lugares onde tem mais gente, onde tem um mercado muito mais desenvolvido, mas nesses locais onde você não tem essa diferença tão grande, esse nome perfil profissional vai ser fantástico, porque ele vai poder de manhã sair, fiscalizar e de tarde atender por exemplo. Então, isso dá uma flexibilidade na dinâmica do conselho que estamos abrindo uma possibilidade muito grande. Tua fala me fez pensar uma coisa, Tayane, acho que vamos fazer esse levantamento depois dos atendimentos de Campos, quantos são os de Campos e quanto são os de fora. A gente entender assim a abrangência regional de cada escritório. Acho que isso é um dado interessante. E vamos começar a levantar isso também esse atendimento agora em Petrópolis, acho que é importante isso também você saber para onde até onde vá essa referência. O **Gerente Geral Ricardo Gouvea** destacou: que a lógica desse rearranjo foi, eu não sei de cabeça, mas, digamos, estava previsto no ano para Campos oito ou nove semanas de CAU ITINERANTE. O que que a gente fez? A gente concentrou aqueles 12, porque a gente tem uma equipe limitada, então a lógica, na verdade, ela é um rearranjo concentrando, porque a tese que me parece que está comprovada que a permanência no lugar facilita e gera a demanda; uma coisa você vai em janeiro uma semana, depois você vai em março outra semana, depois a pessoa quando sabe já foi embora, então, a tese que nós discutimos com a Comissão do Interior, que me parece está comprovada e que realmente a permanência de boca em boca facilita, claro, que com uma equipe maior então para o ano que vem se faria à luz dessa experiência uma reprogramação, não eliminando por completo o chamado CAU ITINERANTE, porque acho que por várias razões ele deve permanecer, mas dividindo, vamos dizer assim, o pessoal com o CAU ITINERANTE, o CAU PRESENTE. A outra informação, nós fizemos um formulário de pesquisa que infelizmente teve até hoje só tiveram, por várias razões, acho que tem uma semana que divulgamos para todos os arquitetos da região, só sete responderam, então, obviamente, é uma amostragem muito pequena, mas quando tivermos um volume maior de resposta, a gente vai tabular e enviar para todos, mas duas coisas me chamaram atenção: uma das perguntas era como soube do escritório: três Instagram; através dos colegas, 3, e grupos de amigos arquitetos 1. Então Instagram e através de colegas estão empatando. O **Assessor da Comunicação Nícolas Braga** está lembrando que teve campanha de rádio divulgando. Ninguém aqui dos 7, é uma amostra muito pequena, tenho que destacar, mas dessa amostra aqui ninguém falou do rádio. E tem uma pergunta o que eles fizeram e a satisfação muito grande: muito satisfeito, muito satisfeito. Ninguém aqui fez críticas ao fato. Enfim quando tivemos uma amostragem maior a gente vai divulgar”. O **presidente Pablo Benetti** agradeceu a contribuição de todos que se manifestaram sobre o tema. **Comunicado dos conselheiros de assunto de interesse geral**. A **Conselheira Sofia Eder** convidou os presentes para o Fórum Permanente de ATHIS, no CAU. O tema a ser tratado será a importância de ATHIS como parte de política urbana e habitacional. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** reforçou o convite para o Fórum de Autônomos que está sendo muito bem recebido pelos arquitetos. A **Conselheira Ângela Botelho** lembrou sobre Prêmio

Marcos Konder Netto. Trata-se de reconhecer a atuação dos colegas que trabalham no serviço público. Nada mais havendo a tratar, o **presidente Pablo Benetti** agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião Plenária 007/2023. Eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência, procedi à revisão da ATA lavrada por serviço terceirizado e segue assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. **Rio de Janeiro, 11 de julho de 2023.**

Alessandra Vandelli
Assessora da Presidência CAU-RJ

Pablo Cesar Benetti
Arquiteto e Urbanista
Presidente CAURJ